

Abrir a Política às pessoas: estratégias para aumentar a participação cívica

Ao XXIII Congresso Nacional da Juventude Socialista,

Sabemos que existe um problema na sociedade, que nos demonstra um divórcio entre os eleitores e os agentes políticos, que não permite o pleno funcionamento da democracia em Portugal. Os decisores políticos, os partidos e a sociedade em geral têm de se debruçar sobre este tema e encontrar soluções que façam cumprir a Constituição da República Portuguesa e a Carta Europeia da Autonomia Local, que consagram o direito e o dever da participação cívica e política de todos.

A moção de resolução política sobre estratégias para uma maior participação cívica tem por objetivo promover e encontrar estratégias que consigam o aumento da participação cívica e política da população em geral. É importante e urgente aumentar a participação daqueles que já estão ligados à política, mas acima de tudo daqueles que se encontram afastados das decisões e do trabalho político, das juventudes partidárias e dos partidos políticos. Só o poderemos fazer, distribuindo responsabilidades, promovendo a participação de todos e facilitando a participação da sociedade civil nas decisões nacionais e locais.

Para falar em participação cívica, desde logo, temos de falar nos mecanismos e em todas as possibilidades que existem para se intervir na vida pública e política, como acontece, por exemplo, com o orçamento participativo, com o referendo local, com os debates públicos ou com as reuniões descentralizadas dos órgãos autárquicos. Obviamente, que não nos podemos esquecer do direito ao voto, que se encontra consagrado na Constituição da República Portuguesa e que é o ato de participação de maior importância.

A participação cívica da sociedade na vida política tem vindo a ser debatida ao longo de muitos anos, desde logo pelo facto de que o número da abstenção tem aumentado de forma exponencial desde as primeiras eleições livres no pós 25 de abril e também por uma crescente desafeição da sociedade civil, principalmente a faixa etária mais jovem, da ação política e da participação cívica, refletindo-se, por exemplo, quando verificamos uma

participação quase nula, ou muito reduzida de público nas assembleias municipais ou nas assembleias de freguesia. Pois bem, este é um problema que nos demonstra que a sociedade, no seu geral, se encontra afastada da vida política, mas mais que isso, se encontra afastada dos mecanismos de participação cívica e das decisões que são tomadas pelos órgãos locais ou nacionais.

A Juventude Socialista,

Uma estrutura que procura o desenvolvimento da intervenção cívica com vista à criação de uma sociedade mais democrática, justa e solidária, assente nos valores da liberdade, igualdade e fraternidade, propõe:

Nas nossas estruturas locais, promover a criação de grupos de trabalho que se dediquem, a temas específicos e apresentem medidas e soluções para as problemáticas analisadas. No fim, promover iniciativas públicas que deem a conhecer as conclusões desse trabalho e incentivem também a sociedade geral a dar a sua opinião e o seu contributo.

Criar um grupo de trabalho que se debruce e dedique ao tema da participação cívica, devendo esse grupo apresentar um documento final com estratégias para atração de mais jovens à vida política e mecanismos que local ou nacionalmente aumentem a participação da sociedade em geral.

Através dos eleitos nos vários órgãos, propor que todas as sessões de assembleias municipais ou de freguesia sejam emitidas em direto, incentivando assim a uma maior participação dos que não conseguem ou têm dificuldade em assistir presencialmente.

É preciso incentivar todos os eleitos políticos a promoverem e a estarem presentes em todas as sessões públicas informativas ou de esclarecimento à população, para que se crie uma proximidade entre eleitores e eleitos. Acredito que esta seja mais uma forma da aproximação e do incentivo à participação civil.

Concluindo, não podemos ficar parados, nem limitar a questão da participação cívica a debates e a discursos, temos de agir e fazer com que se tomem medidas e se implementem mecanismos que incentivem à participação e façam com que as pessoas se sintam envolvidas e ouvidas.



BRAGA

CONGRESSO NACIONAL

16, 17 E 18 DEZ 2022



Braga, 17 de dezembro de 2022